

**PRINCIPAIS FATORES QUE DIFICULTARAM O ACESSO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES À POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO
TERRITÓRIO OESTE CATARINENSE DE 2004 A 2014**

Alice Silva Santana¹

Nivio Miguel Toledo²

Juliano Vitória Domingues³

Bruna Cavallet⁴

Carlos Eduardo Arns⁵

Geovani Kostulski⁶

James Luiz Berto⁷

André Luiz Radünz⁸

1 Acadêmica do curso de Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó, Bolsista CNPq no projeto: Consolidação de abordagens territoriais como estratégia de desenvolvimento rural sustentável para Santa Catarina. alice.ifrr@hotmail.com;

2 Acadêmico do curso de Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó, nivio.toledojr@gmail.com;

3 [Eng. Agrônomo, MS em Educação/Unochapecó, Ex Assessor Territorial de Inclusão Produtiva, NEDET/UFFS, Bolsista CNPq EXP – B.Juliano.tche@gmail.com](#);

4 Eng. Agrônoma, Assessora Territorial de Inclusão Produtiva, NEDET/UFFS, Bolsista CNPq EXP – B.brunacavallet@hotmail.com;

5 Eng. Agrônomo, Assessor Territorial de Inclusão Produtiva, NEDET/UFFS, Bolsista CNPq EXP–B.tche@unochapeco.edu.br;

6 Acadêmico do curso de Ciências da Computação, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó. geovani2k@yahoo.com.br;

7 Professor doutor, Eng. Agrônomo, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó. james.berto@uffs.edu.br;

8 Professor doutor, Eng. Agrônomo, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó. andre.radunz@uffs.edu.br.

RESUMO: O Microcrédito Orientado é uma linha de crédito em execução nos territórios rurais, sendo um instrumento que poderia desempenhar um importante papel na transformação socioeconômica dos agricultores familiares mais vulneráveis. A finalidade da referida linha de crédito é propiciar o apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias de agricultores assentados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) mediante financiamento de investimento destinado à implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. No entanto, alguns impasses tem dificultado o acesso à política de microcrédito. Assim, objetiva-se por meio deste trabalho apresentar os principais fatores que dificultaram o acesso dos agricultores familiares à política de microcrédito orientado no território oeste catarinense de 2004 a 2014. O presente estudo de caso realizou entrevistas no mês de abril de 2015 com as agências de crédito do território Oeste Catarinense. O levantamento de informações se orientou no instrumento remetido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial nomeado de “Roteiro para Obtenção de Informações sobre Microcrédito”. Os resultados demonstraram que das quatro agências entrevistadas, duas operacionalizavam o microcrédito orientado enquanto que as outras estavam direcionadas a um crédito comercial e/ou empresarial. Em relação às dificuldades de acesso ao microcrédito, pode-se destacar a falta de informação sobre a existência do programa pelos agricultores. De acordo com o levantamento de informações, 72% dos agricultores familiares que contrataram o microcrédito ficaram sabendo da sua existência apenas na agência. Somado a isso, aqueles que contrataram o microcrédito não receberam capacitação das agências credenciadoras visto que as ações pós-crédito concentravam-se apenas nos procedimentos de cobrança e no monitoramento do crédito concedido. Ademais, a baixa rentabilidade que as operações proporcionavam às agências constituía um fator de resistência à propaganda do microcrédito orientado. Em virtude dos empréstimos do Microcrédito Orientado ser de pequeno valor em relação às operações convencionais, o custo de captação das operações financeiras dos agricultores familiares não contemplavam as metas de remuneração das agências credenciadoras. Logo, as baixas quantias emprestadas em cada operação dificultavam o alcance de uma escala mínima considerada rentável para as agências atuarem nesta política. O último fator relatado consiste na dificuldade dos agricultores familiares em fornecer garantias reais no momento de tomar um empréstimo. Por parte das instituições, há uma limitação quanto aos valores liberados em cada operação devido à insegurança em relação ao retorno do montante emprestado. Portanto, conclui-se que a baixa rentabilidade que o microcrédito proporciona às agências e a falta de informação sobre a existência da política são os principais fatores que dificultaram o acesso dos agricultores familiares à política de microcrédito orientado no território oeste catarinense de 2004 a 2014.

Palavras-chave: agricultura familiar; desenvolvimento territorial; crédito rural.